

HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E INTERDISCIPLINARIDADE

HISTORY, ENVIRONMENT AND INTERDISCIPLINARITY

Dora Shellard*
pdscor@uol.com.br

RESUMO: Neste artigo introduzimos duas matérias. Primeiro problematizamos sobre a singularidade da história ambiental frente à história econômica e social que, até a década de 1950, também abordava a exploração do meio ambiente no Brasil. Segundo, ponderamos sobre a interdisciplinaridade entre as ciências ambientais e sociais, suas possibilidades e seus limites.

PALAVRAS-CHAVE: História, história ambiental, historiografia, interdisciplinaridade

ABSTRACT: In this article we introduce two matters. First we discuss about the uniqueness of environmental history in comparison the economic and social history which, until the 1950s, also addressed the exploitation of the environment in Brazil. Second, we reflect on interdisciplinarity between environmental and social sciences, its possibilities and its limits.

KEYWORDS: History, environmental history, historiography, interdisciplinarity.

Introdução

Neste artigo tratarei de duas questões. A primeira refere-se ao contexto de produção da história ambiental e daquela que é considerada como a sua matriz. Tem-se ressaltado que desde o início da história nacional, já com Adolfo Varnhagen, mas especialmente com Capistrano de Abreu e depois com Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, os historiadores descreviam os recursos naturais e as paisagens rurais. Contudo, analisa-se o contexto em que essa historiografia produzia seus trabalhos e como esse local interferia nas imagens criadas. Acentua-se a fixação de uma de ideia de Brasil, ou mesmo do apoio de um projeto político, por meio das descrições da natureza (ARRUDA, 2000; DUARTE, 2003). Mas a interferência do contexto ideológico e político atual sobre esse campo da história tem sido pouco explorado. Não me refiro ao fato de que a história ambiental se desenvolveu simultaneamente ao grande crescimento da exploração dos recursos naturais e aos impactos extremamente perversos, em especial para os mais pobres, que essa exploração tem provocado. Essa informação consta em todos os trabalhos introdutórios a esse campo (DRUMMOND, 1991; CORRÊA, 1999; DUARTE, 2005; MARTINEZ, 2006; MARTINS, 2007; PÁDUA, 2010). Antes, remeto ao fato de que a problemática ambiental é focalizada tendo como referência direta ou indireta o território global. O nacional, anteriormente privilegiado, passa a assumir o papel de mediador entre o local e o global (PORTO-GONÇALVES, 2004).

* Professora convidada do MBA da ENS/Funenseg São Paulo e pós doutoranda no Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP.

A segunda questão diz respeito à interdisciplinaridade em história ambiental e suas relações com outros campos do saber. Afirma-se que a história ambiental é interdisciplinar, porque integra as ciências humanas às ambientais. Contudo, no Brasil, por um lado, os historiadores ambientais não definem claramente como concebem a interdisciplinaridade. Posição que deixa dúvida se se trata da absorção de conceitos e de procedimentos técnicos oriundos das ciências ambientais ou do diálogo entre essas áreas do conhecimento e a definição de pontos de encontro e, portanto, de como praticar essa interdisciplinaridade (COLACIOS, 2014). Por outro, fica-se sem saber se o nosso diálogo com as ciências ambientais deve ser diferente do que cultivamos e/ou mantivemos com a economia, a antropologia, a sociologia e a geografia.

A designação de história ambiental para um campo historiográfico nasceu nos Estados Unidos no último quartel do século XX. Na França, a princípio, ela foi designada de *história ecológica*, mas não chegou a ter a expansão que teve na América do Norte. Nesse país, ela nasceu atrelada às narrativas sobre o avanço para o oeste e, nesse sentido, reproduzindo enfoques matizados por mitos caros à historiografia conservadora norte americana (CRONON, 1992; NASH, 1982; E OELSCHLAEGER, 1992). Porém, não permaneceu aí. A produção atual é diversificada em termos teóricos e é permeada também por questões oriundas da história indígena e da história agrária (JACOBY, 2001; WARREN, 1997).

No Brasil, apesar da grande influência da historiografia francesa, ela nasceu a partir da produção norte-americana, talvez pela expressão de Warren Dean entre os historiadores brasileiros e a tradução e publicação de seus dois livros e alguns artigos que se debruçam sobre a borracha, como *A luta pela borracha no Brasil*, publicado no país, aqui em 1989, e posteriormente sobre a mata atlântica: *A ferro e fogo - A história da destruição da Mata Atlântica brasileira*, lançado no Brasil em 1996. Essas obras se tornaram referências inspiradoras, particularmente a segunda. Entre a publicação desses dois livros, a revista *Estudos Históricos*, em 1991, lançou seu número 8, tendo como tema “História e Natureza”. Além do artigo de Warren Dean, foram editados os trabalhos de José Augusto Drummond, uma introdução a uma história ambiental brasileira, e o de Donald Worster, sobre o que é história ambiental. Por meio de Warren Dean, José Augusto Drummond e Donald Worster, um enfoque historiográfico norte-americano foi introduzido no país, aquele representado pelo último. Sobre ele, cabe observar que foram traduzidos alguns de seus artigos sobre

questões teórico-metodológicas e não a obra pela qual foi premiado em seu país, a saber, *Dust Bowl*, que estuda o fenômeno climático caracterizado por devastadoras tempestades de areia que assolaram as planícies norte-americanas na década de trinta e quarenta do século XX. Predominam no Brasil as traduções de historiadores ambientais norte-americanos que expressam, particularmente, as concepções de uma fração desse movimento o apresentado por Warren Dean (1995), Donald Worster (1991) e Alfred Crosby (1986). Outros enfoques, como os sustentados por William Cronon (1992), Louis Warren (1997) e Karl Jacoby (2001), críticos à abordagem a-política que predomina nas discussões sobre o meio ambiente, são menos comuns.

A história ambiental começa a se tornar mais visível no Brasil entre a década de 80 e de 90, sob forte influência dessa historiografia norte-americana. Expande-se e diversifica-se no novo milênio, refletindo a força da influência francesa, particularmente daqueles ligados aos *Annales*, e do marxismo inglês, após as traduções de Keith Thomas em *O homem e o mundo natural*; de Alain Corbin em *O território do vazio: a praia e o imaginário social*; de Raymond Williams em *O Campo e a Cidade*, de Simon Schama em *Paisagem e Memória*. Outros autores como E. P. Thompson em *Senhores e Caçadores*, que discutem a exploração da natureza, têm sido menos referenciados por pesquisadores que se identificam como historiadores ambientais. Muitos que se utilizaram dessas obras francesas e inglesas, logo depois da publicação de suas traduções no Brasil, não se reconheceram na nascente história ambiental, diferentemente do que aconteceu no novo milênio. Tal fenômeno pode ser explicado pelo crescimento e visibilidade atingidos por esse campo de pesquisa, mas também pelo formato de nossos simpósios - que definem os campos de pesquisa a que as pessoas devem estar ligadas - e pela exigência feita pelos órgãos de fomento, pelas normas dos cursos de pós-graduação e da carreira universitária segundo as quais o pesquisador deve participar de eventos acadêmicos e publicar regularmente as conclusões de seus estudos.

História econômica e social e história ambiental: o passado/presente e o devir

Localizam-se as raízes da história ambiental brasileira na produção da terceira década do século XX e também se identifica a influência francesa, particularmente de Marc Bloch e Fernand Braudel (DRUMMOND, 1991; DEAN, 1995; MARTINEZ, 2006). Afirma-se, como já apontamos, que essa especialidade foi estimulada pelo crescimento do debate e mobilização ambientalista após a reunião promovida pela ONU sobre meio ambiente em 1972, em

Estocolmo. Contudo, há quem aponte que ela difere essencialmente da produção anterior à década de 1970 uma vez que aqueles intelectuais pertencem a outra tradição historiográfica e sociológica e respondiam a outras demandas políticas (DUARTE, 2003 E 2005; PÁDUA, 2013). Antes de responder à mobilização ambientalista, talvez esse campo revele, como outras novas áreas historiográficas, a fragmentação dos movimentos sociais ocorridos no último quartel do século XX. Ferenc Feher e Agnes Heller, usando uma metáfora, ressaltam a substituição das bandeiras vermelhas da década de 1960 pelas verdes do final da década seguinte, apontando a ramificação dos movimentos sociais: não mais defendemos o socialismo, mas lutamos pelos direitos da mulher, contra a intolerância, pelo reconhecimento da diversidade, pelo meio ambiente (FEHER E HELLER, 1984).

Alguns intelectuais acreditam que a história ambiental assenta suas origens naqueles historiadores que iniciaram seus trabalhos na década de 1930 e que foram qualificados como “Redescobridores do Brasil” por Carlos Guilherme Motta, ou seja: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda (DRUMMOND, 1991). Esses figuram como antepassados porque, como hoje fazem os historiadores ambientais, discutiram a relação do homem com o meio ambiente e descreveram criticamente as formas predominantes de apropriação e exploração dos recursos naturais ocorridas nos três primeiros séculos da presença portuguesa na América. Contudo, a crença em tal herança ou continuidade de uma tradição constitui uma cilada, pois descontextualiza política e ideologicamente a produção passada e, principalmente, ilude sobre as representações ideológicas que a produção presente oculta (DUARTE, 2003). Como aprendemos com Marc Bloch (2001), Jacques Le Goff (2003) e Michael de Certeau (2000), a história é escrita dentro da dinâmica do presente. O historiador reflete sobre o seu próprio tempo quando indaga a documentação sobre o passado.

Dentro do contexto da eclosão de novos paradigmas, como afirmam alguns (CARDOSO, 1997), e da globalização (IANNI, 2011), a história ambiental, como outros campos historiográficos, cresce, harmonizando-se com essa realidade, afirma seu pé na historiografia da primeira metade do século XX, mas, contraditoriamente, também sublinha o seu caráter inusitado, fruto de uma nova consciência, a consciência ecológica (DEAN, 1995; WORSTER, 1991). Portanto, para decifrá-la e singularizá-la frente à produção pretérita, precisamos entender o contexto ideológico em que ela surge e tem se desenvolvido e o que é essa nova consciência ecológica.

A história ambiental, bem como outras novas histórias, surge e desenvolve-se em meio à crítica a algumas concepções originárias do Iluminismo, sintetizadas nas noções de universalidade, totalidade, continuidade e em meio ao questionamento dos grandes modelos explicativos da realidade construídos, no Brasil, nos anos 60 e 70. Diversidade, descontinuidade, relativo substituem noções predominantes até o final da década de 70. Não tanto a queda do muro de Berlim, mas o questionamento do papel da teoria e dos conceitos frente aos dados empíricos e à narrativa (THOMPSON, 1981), bem como à problematização da objetividade nas ciências humanas (WHITE, 1995) levou à crítica de algumas construções teóricas.

Porém, o discurso sobre a preservação, a conservação, a degradação do meio ambiente, assim como sobre uma mal delimitada questão ou crise ambiental, tem tido um poder mobilizador crescente desde o último quarto do século XX, quase trinta anos depois dos primeiros experimentos devastadores com a energia atômica sobre Hiroshima e Nagasaki. Ele emerge nesse momento tanto como uma ideologia e utopia integrativa em meio à grande fragmentação dos movimentos sociais, quanto um dos poucos movimentos da atualidade portadores de uma perspectiva de devir que nos joga para o futuro. O tema *meio ambiente* tornou-se central na agenda dos organismos multilaterais como no dos Estados nacionais (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Entre os resultados da reunião de Estocolmo, caberia ressaltar a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; o fortalecimento das Organizações Não Governamentais – ONGs; e a criação ao longo dos anos seguintes de órgãos nacionais ligados ao meio ambiente em vários países. O governo brasileiro criou, em 1972, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, não só respondendo às críticas que lhe foram feitas quanto aos projetos de desenvolvimento empreendidos pela ditadura, mas também para conseguir recursos financeiros internacionais (PORTO-GONÇALVES, 2004). Conforme André Aranha Corrêa do Lago: “A Declaração e o Plano de Ação de Estocolmo criaram a base sobre a qual se iniciaria um processo de negociações que atingiriam tal importância e tamanho grau de complexidade que, na época, nenhum governo podia imaginar” (2006, p. 48). Sugere ainda esse diplomata que a ONU – Organização das Nações Unidas – saiu fortalecida dessa reunião, pois não só o modelo de Conferência serviu de base para outras que a sucederam sobre assuntos diversos, como, especialmente, a defesa do meio ambiente deu uma nova

justificativa para a existência da Organização, que vinha sendo então criticada por não acompanhar as mudanças do mundo.

O crescimento da preocupação com o meio ambiente é contemporâneo ao processo de globalização da economia. Se, por um lado, são visíveis os impactos das atuais formas de exploração, de apropriação da natureza e da intensidade do consumo de mercadorias sobre o meio ambiente, também está claro que, contraditoriamente, a defesa do meio ambiente se transformou numa nova mercadoria. Estão à venda ideias, camisetas, viagens, comidas, roupas, atitudes no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos, na África do Sul, no Tibet, na Inglaterra, no mundo todo. Plantamos pequenas hortas em nossos diminutos apartamentos para torná-los mais verdes. Lutamos pela arborização da praça do bairro para torná-la mais bonita e melhorar a qualidade do ar da cidade. Pensamos na Amazônia como o pulmão e a reserva de biodiversidade do globo. Nós nos chocamos, assim como os norte-americanos e os europeus, entre outros povos, com a enorme degradação provocada ao longo do Rio Doce pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais, no mês de novembro de 2015. Enfim, hoje, como prega o *slogan* dos ambientalistas, agimos localmente mas pesamos globalmente. Segundo Porto Gonçalves, o *slogan* tenta dar conta da dialética global/local, mas revela também a peculiaridade do discurso ambiental: ele se apresenta como um elemento-chave na construção de uma nova “comunidade imaginada”.

A noção de “comunidade imaginada” foi proposta, em 1983, pelo cientista político Benedict Anderson para analisar a constituição do nacionalismo do final do século XVIII ao XX (ANDERSON, 2008). Afirmou, no livro *Comunidades imaginadas* que a nação era pensada como um conjunto horizontal, independentemente das desigualdades sociais e econômicas e a exploração. E imaginada porque seus membros não conheciam a maioria dos integrantes dessa comunidade, embora acreditassem formar um todo. Imaginadas, porque era uma abstração desse todo que se encontrava limitado por fronteiras. Porto-Gonçalves utiliza a noção livremente, ou seja, sem se aprofundar na interpretação elaborada por Anderson. Busca, com ela, ressaltar o fato de que o enfoque presente, ou seja, dos últimos quarenta anos sobre a questão ambiental, tem remetido a uma nova comunidade, que não é fundada no Estado-Nação, mas no Planeta Terra. Contudo, aponta que não se pode deixar de lado o fato de que o Estado nacional é o mediador entre o local e o planetário.

Há um discurso sobre a consciência ecológica planetária que vem sendo instrumentado em inúmeras reuniões, convenções, comemorações com os encontros que têm acontecido depois de Estocolmo 72; do Rio de Janeiro 92; do Rio + 20; de comemorações com a Década da Água, o Ano da Água; de convenções com a Agenda 21; das convenções globais sobre o clima, sobre a biodiversidade, sobre as florestas. Também fazem parte dessa ação filmes, livros, propostas de educação ambiental e a ação das ONGs. Há um diálogo intenso entre as agências nacionais e locais ligadas ao meio ambiente e a ONU/PNUMA.

É nesse contexto, participando dele, que a história ambiental se constitui e expande. Apesar dos diferentes enfoques teórico-metodológicos e por mais local e particular que seja o assunto de um pesquisador, ele remete em alguma medida à ideia da degradação ou preservação de uma parte do planeta e não apenas do Brasil, como acontecia até a metade do século XX. Tal constatação não significa que os historiadores ambientais, como os de qualquer outra especialidade, enfoquem politicamente de uma mesma forma o que vem a ser global ou essa nova “comunidade imaginada”.

Cabe, contudo, tirar o caráter absoluto de alguns fenômenos e apontar a sua manipulação de diferentes maneiras. Boaventura de Sousa Santos em *Semear outras soluções* questiona, por um lado, o fato de que o global seja inevitavelmente hegemônico frente a processos locais, ou ao conhecimento local, ou tradicional, ou indígena, etc. E, por outro lado, surpreende-se que essas comunidades locais, tradicionais, indígenas, não se utilizem, em seu benefício, de elementos desse processo globalizante (SANTOS, 2005). Ainda segundo Porto-Gonçalves, populações designadas em vários textos como “comunidades tradicionais”, compostas por comunidades indígenas, afrodescendentes, caiçaras e camponeses “encontraram na questão ambiental uma ponte que lhes permitiu articular seus interesses específicos aos interesses maiores da humanidade e do planeta, sobretudo ao associarem a diversidade biológica à diversidade cultural” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 120). Esses grupos incomodam setores nacionalistas desses países, os quais, em nome da soberania, vendem o patrimônio ambiental nacional. Tem se falado muito sobre o global e o local, porém se tem ignorado a mediação do nacional. Segundo o geógrafo: “Sabemos hoje que esse “esquecimento” não é ingênuo, tanto quanto sabemos que o Estado nacional comporta enormes contradições que haverão de ser superadas” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 121).

Revisitando alguns historiadores

O retorno à produção do que muitos consideram como as raízes da história ambiental brasileira nos fornece elementos para uma visão crítica desse novo campo historiográfico. Observando as descrições e referências ao meio ambiente em trabalhos historiográficos pretéritos, fica mais clara essa singularidade do enfoque presente que é induzir a uma consciência planetária. Lúcia Lippi de Oliveira (2000), Regina Horta (2003), Ângela Castro Gomes (1996) entre outros intelectuais estudaram o diálogo estabelecido por historiadores do final do século XIX e primeira metade do XX com a conjuntura e o longo processo de formação da jovem nação. As duas primeiras mostraram que através da referência ao meio ambiente e à paisagem natural aqueles historiadores caracterizaram o Brasil e a sua população, definindo cidadãos e não cidadãos.

Descrever a paisagem natural e o meio ambiente e criticar os impactos produzidos pelas formas de produção não é uma prática recente e, muito menos, instituída na década de 1930 por Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. O diálogo da História com a Geografia está na origem desses dois campos do conhecimento no Brasil. Em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB – e, no final do mesmo século, foram organizados os institutos históricos e geográficos estaduais. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP - foi fundado em 1894. Quando a USP foi formada em 1934 e, dentro dela, a faculdade de Filosofia, a História e a Geografia constituíam uma única subseção. A formação desses intelectuais era conjunta. A separação só veio a acontecer em 1957, havendo, a partir de então, uma especialização teórica, metodológica e temática cada vez maior de cada área e um afastamento grande entre elas. A produção dos historiadores, até então, sempre referenciou o espaço geográfico sobre o qual os fatos e processos aconteciam. Assim como os geógrafos investiam numa abordagem diacrônica dos fenômenos que estudavam. Contudo, dos anos 60 até por volta dos 90, predominou a preocupação com o desenvolvimento econômico e com as estruturas e a construção de grandes modelos interpretativos (DEAN, 1995). A História deixou de observar o espaço geográfico e a paisagem, enquanto a Geografia concentrou-se numa abordagem sincrônica dos fenômenos.

É interessante comentar um pouco mais detalhadamente um de nossos primeiros modelos de descrição do espaço geográfico brasileiro e de seus recursos naturais, elaborado por Adolfo Varnhagen na segunda metade do século XIX. Ele foi produzido num contexto de construção de elementos identitários nacionais. Mas essa forma apresentada em *História*

Geral do Brasil, o primeiro manual de História do Brasil, foi abandonada já na entrada do século XX, sendo substituída pela proposta de Capistrano de Abreu e depois Caio Prado Júnior.

Adolfo Varnhagen, em *História Geral do Brasil*, abre seu livro, a partir da segunda edição, com uma descrição das características físicas e naturais do Brasil. Segue uma lista de elementos: flora, fauna, clima, formações geológicas, rede hidrográfica, tratados de modo isolado uns dos outros. Focaliza-os genericamente. Um relato que marca pela ausência por completo de qualquer alusão à existência dos homens e mulheres. Mas discute a significância de algumas dessas formas, dessa natureza, para a sobrevivência humana. Afirma que as matas virgens apresentam um aspecto sombrio “no qual o homem se contrista, sentindo que o coração se encolhe, aperta” (VARNHAGEN, 1962, p. 7), acrescentando que tais matas são abrigo natural para os animais. Entretanto, o historiador-diplomata coloca essas matas, virgens, escuras, inapropriadas para a civilização, como características da paisagem original brasileira. O Brasil estava se construindo com a transformação desse cenário em cidades e fazendas. Uma descrição de um meio prístino.

Seu relato parece ter sido montado a partir da visualização de um mapa do Brasil e da literatura de ciências naturais redigida também por autores contemporâneos seus. Os cronistas coloniais que Varnhagen incentivou, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a sua pesquisa, tradução e reprodução, foram desprezados posteriormente em sua caracterização do território nacional. Há uma natureza, sem gente e sem história, que parece ter sentido na caracterização desse Estado que se formou.

Varnhagen descreve o território, centrando-se no rio Amazonas e no rio da Prata: “Dilata-se desde as cabeceiras mais septentrionaes do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do norte a feição do continente meridional a que pertence, e do qual constitue quase a metade” (VARNHAGEN, 1962, p. 3). E continua apontando que esses dois rios abraçam o império brasileiro. Cria, portanto, a imagem de que as fronteiras políticas do Império foram estabelecidas naturalmente e que o Brasil era uma ilha, a “ilha Brasil”. O fato de ser possível penetrar pela foz do Amazonas e do Prata e navegar até o coração do continente sul-americano foi explorada pela historiografia. Na década de 1950, ela deu margem a uma discussão entre Jaime Cortesão e Sérgio Buarque

de Holanda¹ sobre a intencionalidade de Portugal, desde o segundo século da colonização, em dominar todas essas terras.

Talvez pelo fato de a caracterização geral de Varnhagen não conseguir sintetizar o território nacional convincentemente ou, quem sabe, pela dificuldade dos brasileiros que a leram a identificarem com o local onde habitavam, veremos poucos ecos de sua síntese enquanto conteúdo. Varnhagen fala do Amazonas e do Prata. Nada comenta sobre o rio São Francisco. Este, que vai ser tido, a partir do final do século, como um rio fundamental na paisagem geral do Brasil e, particularmente, do Nordeste. Ele não é só um fenômeno natural, mas um elemento identitário do país e especialmente regional. É, até hoje, o “velho Chico”. Essa forma carinhosa e especialmente personificadora de denominar um elemento natural revela uma realidade - um rio que corre por 2863 km -, e uma representação ideológica - um rio verdadeiramente brasileiro, que tem suas nascentes e sua foz em território nacional. Um rio que atravessa vários estados, que banha a nação.

Temos que nos debruçar ainda sobre as peculiaridades das descrições da paisagem e do meio ambiente, atreladas ao discurso regionalista, feito nesse momento. A historiografia paulista inspirou-se significativamente no movimento do avanço para o sertão, proposto pelo cearense Capistrano de Abreu como um tema a ser ressaltado na escrita de *Capítulos de História Colonial* (ABREU, 1988). Até a década de 30 foram publicadas algumas das principais obras sobre o bandeirantismo atrelado ao discurso regionalista: Alfredo Ellis Júnior (*Raça de gigantes*), Alcântara Machado (*Vida e morte bandeirante*), Alfonso de Estragnole Taunay, que iniciou sua obra monumental sobre as bandeiras em 11 volumes (*História geral das bandeiras paulistas*). O bandeirante, tanto louvado como criticado por sua matança de índios, foi sempre retratado como o herói civilizador daquelas terras escuras, perigosas, virgens e selvagens. Uma paisagem que nunca é revelada em sua singularidade para o leitor. Seja em Alcântara Machado, seja em Alfredo Ellis, a paisagem do sertão paulista não é diferente do Congo retratado por Josep Conrad em *Coração das Trevas*: terras virgens, esperando por sua valorização, que será viabilizada pelo bandeirante paulista.

Tanto em Capistrano de Abreu, em Gilberto Freyre ou ainda em Caio Prado Júnior, há uma crítica à forma espoliativa com que os colonos tratavam os recursos naturais. Warren

¹ Essa discussão pode ser recuperada parcialmente no livro *Tentativas de mitologias* de Sérgio Buarque de Holanda. Uma análise sobre esse mito está em Iris Kantor (2003).

Dean (1995), Regina Horta Duarte (2014) e José Luiz de Andrade Franco (2009) evidenciaram que, nas quatro primeiras décadas do século XX, observou-se, pelo menos no sudeste do Brasil, o crescimento da crítica à destruição da mata atlântica, elaborada por cientistas, funcionários públicos, intelectuais como Hermann von Ihering, Laurenço Baeta, F. S. Rodrigues de Brito, Navarro de Andrade, Augusto Loefgreen, Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Correa, Frederico Carlos Hoehne e Cândido de Mello Leitão. Também a partir da década de 1930, houve a participação de associações e organizações como a Sociedade Agrícola Paulista, a revista *Chácara e Quintais*, depois o Touring Club do Brasil e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Toda essa mobilização de intelectuais e de uma classe média urbana, particularmente em São Paulo, expressava a inquietação frente ao impacto destrutivo do avanço rápido da lavoura cafeeira sobre as matas, das ferrovias que consumiam enormes quantidades de madeira e da urbanização (DEAN, 1995). Mas era uma destruição assimilada e criticada como uma questão regional.

Entretanto, os historiadores mencionados acima viam a apropriação dessas terras e sua exploração como um processo inevitável e necessário para a civilização e valorização do território. A grande diferença nas análises estava na explicação da montagem daquela estrutura produtiva e em seu sentido histórico. Se, para Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre, resultava de um movimento natural, para Caio Prado Júnior havia sido engendrada para possibilitar a exploração da colônia pela metrópole.

Ângela Castro Gomes, afirmando o aspecto contínuo da construção e legitimação ideológica do Estado nacional, singulariza o Estado Novo frente aos períodos que o antecederam e o seguiram, mostrando que houve um esforço intencional, empreendido pelo aparelho de Estado, no sentido de engendrar uma dada consciência nacional.

Acompanhando essa perspectiva, Regina Horta Duarte (2003) escreveu um artigo em que contextualiza a produção de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda em *Nordeste, Formação do Brasil Contemporâneo e Monções*, obras escritas entre 1937 e 1945. Interpreta as suas descrições do meio ambiente e a crítica à devastação processada na América Portuguesa, dentro do quadro geral, um momento em que crescia, no Brasil, a preocupação com a exploração do meio ambiente e seus impactos e, particularmente, da ditadura varguista, que associava, no discurso oficial, as noções de natureza, nação, gente

e território e promovia a “Marcha para o Oeste”, gerando uma reformulação da ideia de Brasil e de brasileiro. Ressaltando as peculiaridades e proximidades entre Freyre, Buarque de Holanda e Prado Júnior, aponta que foram além dos discursos da época - conformados pelo Estado Novo -, que exaltavam a grandiosidade do território e de sua natureza. Naquelas obras, descreveram a ocupação da América portuguesa como um fenômeno histórico, econômico, social e cultural, com o homem e o meio ambiente numa relação de dependência mútua. Seus estudos sugeriam propostas para a transformação da sociedade que eram antagônicas às que o Estado Novo fixava.

A análise da produção historiográfica passada sobre o meio ambiente evidencia não só o que aqueles intelectuais falavam explicitamente sobre o assunto, a paisagem e a degradação provocada pelas formas de exploração da terra, mas também nos revela, implicitamente, eles próprios, em seu tempo e lugar. Determinadas construções e esquecimentos que, na primeira metade do século XX, realçavam uma visão e um projeto de Brasil, hoje são questionados. Por exemplo, a caracterização das terras ocupadas pelas sociedades indígenas como natureza virgem ou quase virgem. E, quanto à transformação paisagística dessas mesmas terras, quando integrada à economia de mercado, era dada como um prognóstico positivo. Hoje não só a transformação é inevitável, como se tornou uma perspectiva negativa.

A interdisciplinaridade entre as ciências naturais e sociais, suas possibilidades e seus limites.

A história, desde o início do século XX, na Europa e nas Américas, dialoga com outras ciências humanas. A interdisciplinaridade não se constitui, portanto, em uma novidade para esse ramo do saber. De uma história eminentemente política, voltada para a superestrutura, na entrada do século XX, em 1929, há a criação da revista francesa *Annales d' Histoire économique et sociale*, cujo nome revelava a proposta interdisciplinar, refletindo, assim, o modo como influenciava a historiografia de outros países europeus e americanos. Contudo, esse tema, a interdisciplinaridade em história, é pertinente na atualidade, não só porque não foi discutido antes, mas também em razão de um movimento geral que as ciências vêm fazendo no sentido de buscar sair da extrema verticalização. Nesse contexto, crescem as discussões sobre a disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Finalmente, esse tema é importante, também, devido à expansão da

história para muito além de suas fronteiras tradicionais: a geografia, a economia e a sociologia. Hoje os historiadores dialogam com a antropologia, demografia, linguística, psicologia, filosofia, semiótica, ecologia. Um avanço que deve continuar.

A interdisciplinaridade, entretanto, não acontece sem tensões e coloca alguns problemas para nossa disciplina. Entre eles caberia questionar, primeiramente, até onde ela pode avançar além de suas fronteiras, sem perder o que tem de singular e sem vulgarizar os conceitos próprios e oriundos de outras áreas do conhecimento; e, em segundo lugar, definir como deve ser a formação desse futuro historiador.

Muitos historiadores apontam que, no último quarto do século XX, estava patente que o conhecimento histórico havia se expandido, em termos de fronteiras disciplinares, para muito além do que na época de Marc Bloch e mesmo Fernand Braudel. Na década de 1960, nos Estados Unidos, houve o nascimento da New Economic History, também denominada cliometria, um ramo da história e da economia. Apoiada na análise de dados numéricos, envolvia a aplicação sistemática da teoria econômica e de métodos quantitativos.

Em 1993, Douglas North recebeu o prêmio Nobel em economia por seus trabalhos no campo da New Economic History. Louis Henry, na França, e Peter Laslett, na Inglaterra, expandem por essa época os estudos em demografia histórica. O primeiro criou um modelo que tornou possível o levantamento de populações da Europa de períodos anteriores aos censos. Esse campo foi definido por Maria Luiza Marcílio em seu livro *Demografia histórica* publicado em 1977, como a filha mais nova da história e da demografia. Além de avançar mais na economia, penetrar na demografia, os historiadores embrenham-se pela antropologia, linguística, filosofia e biologia.

A história acadêmica que se escreve desde o início do século XX jamais foi um conhecimento fechado em si. Sempre dialogou com outras áreas do conhecimento. Essa expansão sobre as ciências humanas e sociais, entretanto, cresceu mais rapidamente depois da década de 60 e avançou para além dessas grandes áreas do saber, como a linguística e as biológicas. Nessa extrapolação de suas fronteiras, a história tem se apropriado de conceitos, métodos e problemáticas desses outros conhecimentos, agregando-os aos que lhes eram próprios.

Por questões que fogem, não raro, à prática científica e explicam-se por interesses institucionais e profissionais, a interdisciplinaridade, entendida como uma troca entre diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento, fica comprometida. Tanto a geografia, como a ecologia e a história, tem, cada uma delas em particular, um campo que, pela designação, pressupõe a interdisciplinaridade entre as três: geografia histórica, ecologia histórica e história ambiental. Segundo Sólorzano, Oliveira e Guédes-Bruni, o que diferencia uma área de outra “é o papel definidor que o primeiro nome do binômio desempenha no processo analítico” (2009, p. 49). Mas a interlocução entre seus pesquisadores, pelo menos no Brasil, é muito limitada tanto qualitativa quanto quantitativamente. Parece haver uma dificuldade epistemológica. Há uma tensão, especialmente quanto à natureza desses conhecimentos e de suas formas de objetividade (MARTINEZ, 2006). Assim, interdisciplinaridade é geralmente pensada como uma prática individual, na ilusão de que um único pesquisador possa dominar convenientemente a produção de mais de uma área do conhecimento e mover-se por elas. É impossível, depois da expansão da pós-graduação no Brasil e no mundo, e principalmente da internet, acompanhar a produção de uma área do conhecimento. Quanto mais de duas áreas. Embora critiquemos as especializações, elas trouxeram um importante aprofundamento de cada área do conhecimento que não se pode obliterar. Entretanto, retornemos à história ambiental.

Do avanço sobre outras ciências humanas desde o início do século XX - a sociologia, a economia, a geografia humana, a antropologia -, a história, no final do século XX, extrapolou para além dessas fronteiras, em direção às ciências ambientais. Mas não há um consenso sobre o quanto e como deve avançar. Alguns propõem a assimilação de teorias, conceitos e técnicas, o que significaria uma mudança não apenas na formação, mas na própria essência dessa área do saber: outros optam pelo diálogo, o estabelecimento de pontos de encontro (COLACIOS, 2014; DUARTE, 2005; PÁDUA, 2010; MARTINS, 2007).

Segundo Marcos Lobato Martins, a interlocução entre as ciências humanas e as ciências naturais não é fácil. “Dos dois lados, tanto das ciências naturais quanto das ciências humanas, há lacunas importantes, na formação dos especialistas, que criam obstáculos e ruídos portentosos na comunicação” (MARTINS, 2007, p. 50). Porém, não se estima que formar um ecólogo historiador, ou historiador ecólogo seja a direção que a academia tem seguido. Não parece pensar-se num profissional que seja capacitado em todas as diferentes

áreas, mas em um que crie interlocuções, nexos, que viabilizem o mútuo entendimento. Esse é o caminho que muitas universidades estão tomando. Têm sido montadas pós-graduações com programas interdisciplinares que envolvem historiadores. Um exemplo é o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Como foi apontado no início deste artigo, a história ambiental no Brasil, nasce na história. Embora alguns geógrafos, geólogos ou agrônomos especialmente, tenham se incorporado a esse campo, a maior parte dos pesquisadores brasileiros, por enquanto, é formada por historiadores. A história é uma ciência humana. Ainda que busquemos fazer uma história da paisagem, das florestas, do clima ou das praias, é sempre os homens e mulheres, como sujeitos sociais, culturais e políticos, em sua relação com o meio ambiente no tempo, que enfocamos. Ele é que são nossos objetos, mesmo que ocultos. O clima, as florestas, os animais são protagonistas de uma história que importa aos homens e mulheres fundamentalmente. Fomos treinados a pesquisar as sociedades no tempo e espaço, estudar com base em diferentes tipos de documentos, textuais, pictóricos, áudio visuais ou orais. Essa é a singularidade do historiador ambiental.

A interdisciplinaridade praticada pelos historiadores ambientais brasileiros não se distingue do procedimento de historiadores culturais ou econômicos. Avançamos pelas ciências ambientais, assim como penetramos na antropologia e na economia de diferentes formas, que refletem as concepções teóricas que nos norteiam sobre o nosso próprio campo de conhecimento. Elas demonstram também as nossas competências singulares. Com diferenças de intensidades, nós nos apropriamos de conceitos, teorias e técnicas de outras áreas do conhecimento, assimilando-as ou criticando-as. Neste último caso, não raro, argumentando sobre seu caráter anacrônico ou a-histórico (COLACIOS, 2014; DUARTE, 2005, CORRÊA, 1999).

Alguns artigos que discutem a interdisciplinaridade em história ambiental apontam a necessidade de se trabalhar com fontes inusitadas, como a própria paisagem visualizada (DUARTE, 2005; MARTINS, 2007; SOLÓRZANO, OLIVEIRA, GUÉDES-BRUNI, 2009). Porém, pouquíssimos historiadores que se identificam como ambientais têm transformado, em documentos centrais de suas pesquisas, os campos e as matas que observam diretamente. No entanto, vários analisaram criticamente as descrições e referências às paisagens reproduzidas em diários e desenhos de cientistas estrangeiros, de viajantes, em relatórios técnicos, na

literatura e na historiografia (ARRUDA, 2000; CORRÊA, 2013; MEIRELLES, 2001; NODARI, 2012; MAHAL, 2012; PEIXOTO & MORAES, 2014). Talvez esse fenômeno mostre não tanto a carência, por parte do historiador, de uma habilidade típica da geografia ou da ecologia, mas de sua preferência por explorar tipos de testemunhos – a narrativa, o desenho, a pintura e, mais recentemente, a fotografia e a memória oral – com os quais tem uma grande intimidade, contextualizando-os e enfocando-os a partir de uma noção que hoje é central para a história: a representação. As reflexões sobre as representações que deformam o real têm sido fundamentais para nos aproximar da natureza pretérita, bem como para formar uma visão menos ingênua dos problemas ambientais. Esses estudos revelam que, mesmo as mais singelas e objetivas descrições de paisagens, são também conformadas por posturas políticas e ideológicas.

Mas vale considerar, nestas observações sobre a interdisciplinaridade em história ambiental, que alguns autores se apoiam na historiografia norte-americana para argumentar refletir *sobre* a produção brasileira, pressupondo uma homogeneidade. Entretanto, embora esse campo tenha penetrado no Brasil graças à produção de intelectuais dos Estados Unidos, a tradição historiográfica brasileira é francesa, tendo um grande diálogo também com a produção marxista inglesa. Pensamos na prática a interdisciplinaridade como os europeus, e não como os norte-americanos. Se nos pautarmos por algumas das principais obras publicadas por brasileiros, chegaremos à conclusão de que referenciamos os norte-americanos, mas praticamos os franceses. *Um sopro de destruição* de José Augusto Pádua é um livro que apresenta uma bela e típica abordagem brasileira de tradição francesa do pensamento de José Bonifácio. A mesma afirmativa poderia ser feita sobre o *Sertão do rio Doce* de Haruf Salmen Espínola e *Tietê: o rio que a cidade perdeu São Paulo 1890-1940* de Janes Jorge, entre inúmeros outras.

Trabalhar interdisciplinarmente significa dialogar com outras áreas (DUARTE, 2005, MARTINS, 2007), investigar em conjunto e não isoladamente. Algumas áreas, mesmo dentro das ciências humanas, concebem a história como um método, um enfoque diacrônico de um fenômeno, porque desconhecem o que é essa área do saber, e elaboram narrativas, ignorando o comprometimento político e ideológico de suas fontes historiográficas. Reproduzem, portanto, acriticamente, imagens que falam mais do tempo do testemunho pesquisado do que do próprio passado que se pretende retratar. Numa acepção mais simples, produzem-se

descrições defasadas teoricamente e metodologicamente, lembrando a narrativa positivista e deixando de incorporar as discussões da historiografia atual. O presente e suas representações ideológicas são projetados para o passado. Vale nos aprofundarmos um pouco mais nessa singularidade da abordagem historiográfica.

Historiadores e sociólogos têm recorrentemente criticado a naturalização das paisagens brasileiras. Uma das referências mais conhecidas daqueles que se debruçam sobre o meio ambiente é Antônio Carlos Diegues. Analisando a categoria “Unidade de Conservação de Uso Restrito” (parques, estações ecológicas, etc), indica ser proveniente dos EUA a concepção que a sustenta, parecendo ser ela uma reprodução do mito do Paraíso Perdido (Diegues1996). O historiador norte-americano Roderick Frazier Nash publicou, em 1967, *Wilderness & the American mind* em que investigou a criação, por europeus e seus descendentes, da ideia de *wilderness* ao longo da história do que é hoje os Estados Unidos. Indica que o termo comporta muito mais do que a noção de vida selvagem, como traduzimos esse termo em português. Liga-se à própria construção da identidade norte-americana.

Antes disso, em 1959, no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda lançou *Visão do Paraíso*. Partindo da discussão norte-americana sobre mitos como o “Paraíso”, o *wilderness*, a terra virgem, assim como das controvérsias sobre o significado da fronteira, investigou a difusão da imagem do Éden na América portuguesa. Mostrou como as narrativas analisadas - crônicas, histórias, diários, sermões e cartas - viabilizaram a construção de um quadro de imagens que foi muito utilizado a partir do século XIX por nossa historiografia. Essas recriações do mito, que acentuavam a qualidade das terras, águas e clima brasileiros serviram em muitos momentos e, acrescentamos, especialmente na última ditadura, iniciada em 1964, para o silenciamento e inoperância da população.

O conceito de que existem, no Brasil, terras intocadas, virgens ou quase virgens da interferência humana ressuscita aspectos do mito edênico. Não há nada de ingênuo nessa restauração uma vez que, em termos concretos, significa, na atualidade, a expropriação, entre outros, de índios e a negação de sua cultura. Esse processo é reanimado constantemente devido à reprodução a-critica de determinadas narrativas ou mesmo de imagens supostamente objetivas, como mapas, que, embora possam ter, a princípio, um papel ilustrativo, informam sobre as coisas idas e formam conceitos, instrumentalizando práticas.

A historiografia não é um acumular incessante de fatos, mas um eterno refazer dos

processos a partir de questões que o presente nos coloca. A iluminação das várias sociedades indígenas e dos africanos e afrodescendentes como sujeitos da história e especialmente produtores de paisagens é um fato relativamente recente, com pouco mais de vinte anos. Essa constatação está exigindo uma reinterpretação de inúmeros documentos e a reescrita de inúmeros capítulos de nossa história. Longe de ser um ato para o melhor conhecimento, trata-se, como no caso das populações indígenas, de um meio para o equacionar a justiça social. São vários os casos de Unidades de Conservação implantadas em terras indígenas, criando tensões pela sobreposição de culturas e, portanto, concepções diversas sobre o uso e o papel dos recursos naturais.

Enfim, pensar a interdisciplinaridade não se limita a tratar simplesmente de avançar sobre outra área do conhecimento, mas de se ter uma clara noção de onde se está partindo, da singularidade dessa abordagem e em que sentido ela se torna reveladora e positiva para pensar o devir. Talvez o foco deva ser, antes, estabelecer nexos com outras áreas do conhecimento do que buscar substituí-las.

A história ambiental como história está sempre em construção. Reflete as transformações teóricas e metodológicas dessa área do conhecimento, bem como o seu diálogo com o presente. Conhecer esse contexto em que a produção acontece e desmistificá-lo é uma das condições para fugirmos à ilusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

_____. *Capítulos de História colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ABUD, Cátia. *Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo.

ABUD, Cátia. A ideia de São Paulo como formador de Brasil. In: FERREIRA, Antonio; LUCA, Tania Regina de e IOKOI, Zilda (Organizador). *Encontros com a história*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. **São Paulo**: UNESP, 1999. p. 71-80

ALMEIDA; Ângela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (Orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: Maud, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Bauru: Edusc, 2000.

BARROS, José D'Assunção. Geografia e História: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. *Geografia*, Londrina, Vol. 19, n. 3, p. 67-84, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/4627> > Acessado em: 10/10/2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: _____; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-23.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CESCO, Susana. Interdisciplinaridade e temas socioambientais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 327-330, 2011.

COLACIOS, Roger Domenech. Os usos e abusos da ciência naturais pela história ambiental. Interdisciplinaridade, diagnósticos, reflexões. *HALAC*, Belo Horizonte, Vol. III, n. 1, p. 180-207, set. 2013, feb. 2014.

CORRÊA, Dora Shellard. História e meio ambiente. *Revista Unifieo*, Osasco, Ano 1, n. 1, p. 135-144, jun. 1999.

_____. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 26, n. 51, p. 63-87, 2006,

_____. *Paisagens sobrepostas*. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: Eduel, 2013.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. 2ª. reimp. São Paulo; Cia das Letras, 2002.

CRONON, William. A place for stories: natures, history, and narrative. *Journal of American history*. Bloomington, n. 78, p. 1347-76, março de 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito do Paraíso desabitado: as Áreas Naturais Protegidas. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. (orgs). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996. P. 279-318.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 177-197, 1991.

DEAN, Warren. *With broadax and firebrand*. The destruction of the Brazilian Atlantic forest. Berkeley: University of California Press, 1995.

DUARTE, Regina Horta. Nature and historiography in Brazil, 1937-1945. *Iberoamericana*, Berlin, Ano 3, n. 10, p. 23-36, junho 2003.

_____. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*. Wisconsin, Vol. 41, n. 2, p. 144-161, 2005.

_____. *História & natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Zoografia do Brasil: fronteiras nacionais, percursos Pan Americanos. *Latin America Reserarch Review*, Austin, vol. 48, n. 2, p. 68-83, 2014

ESPÍNOLA, Haruf Salmen. *Sertão do rio Doce*. Bauru: Edusc, 2005.

FEHER, Ferenc; HELLER, Agnes. From Red to Green. *Telos*, Nova York, March 20, p. 35-44, 1984.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro Fiocruz, 2009.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. atual. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. Um mito geopolítico: a ilha Brasil. In: _____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. *Visão do Paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GOMES, Angela Castro. *Histórias e historiadores*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

JACOBY, Karl. *Crimes against nature*. Squatters, poachers, thieves, and the hidden history of American conservation. Berkeley: University of California, 2001.

JORGE, Janes. *Tietê: o rio que a cidade perdeu São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

IANNI, Octávio. O novo mapa do mundo. In: _____. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.209-222.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100005>

LAGO, André Aranha Corrêa. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo*. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto Rio Branco, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

MAHL, Marcelo Lapuente. O ideal do progresso em marcha: história econômica e ambiental do noroeste paulista nos anos de 1920. In: FRANCO, José Luiz de Andrade e outros. *História Ambiental*. Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 171-187.

MARCÍLIO, M. Luiza. (Org.). *Demografia Histórica*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil*. Pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MEIRELLES, William Reis. Natureza, identidade e imagens do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Eduel, 2001. P. 149-165.

MERCHANT, Carolyn. *The Columbia guide to American environmental history*. Columbia University Press: New York, 2002.

NASH, Roderick Frazier. *Wilderness & the american mind*. 4ª. ed. Yale University Press: New Haven, 1982.

NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem do Estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Nodari; KLUG, João (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. P. 35-53.

NOVAIS, Fernando Antônio; SILVA, Rogério Forastieri da. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OELSCHLAEGER, Max (ed.) *The wilderness condition*. Essays on environment and civilization. Washington: Island Press, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Americanos*. Representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2000.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, Dossiê Teorias socioambientais, São Paulo, Vol. 24, n. 68, 2010.

PEIXOTO, Dilson Vargas; MORAES, Taciane Umpierre de. Visões da natureza do Rio Grande de São Pedro: relatos de viajantes sobre a utilização dos recursos na Província (1808-27). In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Galarce (Orgs.) *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Univates, 2014. P.203-220.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REIS, José Carlos. *História & teoria*. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear Outras Soluções: os Caminhos da Biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SÓLORZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; GUÉDES-BRUNI, Rejan Rodrigues. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XII, n. 1, p. 49-66, jan. jul 2009.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962, t.1.

WARREN, Louis S. *The hunter's game*. Poachers and conservationists in twentieth century America. New Haven: Yale University, 1997.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 198-215, 1991.

WHITE, Hayden. *Meta-História*. A imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.